

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA



01/06/2005

A Presidência do Conselho Gestor da **APA** Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, ([Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#)), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo ([Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997](#)). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental APA Serra Dona Francisca, foi criado por intermédio do ([Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005](#)), e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, ([Decreto nº 62.982, de 25 de outubro de 2024](#)), e suas alterações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo ([Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013](#)).

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizada em 16/12/2025.

No décimo sexto dia, do mês de dezembro, do ano dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e quinze minutos, apurado o quórum regimental para início das atividades reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca no auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271 - Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, mandato de 01/01/2024 à 31/12/2025, conforme [Decreto nº 57.927, de 18 de dezembro de 2023](#), e suas atualizações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Gestor da APA; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA.UGA; Gabriel Klein Wolfart, do SindiPedras; Manoel Luiz Vicente, da APROÁgua; Marli Fleith Sacavem, da AMEM Mildau; Ademir Sgrott, da AJM; Miriam Sara Kuchnier, da OAB; Fernanda Carolina Joenck, da SEINFRA (Regional Oeste); Vilson Jacó Witt, da APIVILLE; Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE; Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT; Daiane Paul Nunes, da CAJ; Ernesto Caetano da Silva, da SDE.UDR; Danielle Oliveira Danielewski, da EPAGRI; Jairo Machado, da SEPROT; Silvia Brümmer Yanetzky, da AMEM Morros; Virgínia Grace Barros, do CHBB, e, Sérgio de Oliveira Netto, do GRM. Estiveram também presentes: José Augusto de Souza Neto, Secretário Executivo do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; Da SAMA: Luiz Carlos da Silva Seixas, e, Josimar Neumann; Da CAJ: Patrícia Helena Eggert Karnopp; Da APROÁGUA, Adilson Eichendorf; Da AMEM MORROS, Jackeline Elisandra Rode; Da AMEM Mildau, Nivaldo Fleith Sacavem; Do DETRANS, Thiago José Zientack; Da GUARDA MUNICIPAL, Eduardo Ferraz; MORADORES da APA: Conrado Bolt, Emerson Johanson, Ivomar Köhn, Valdir Medeiros, Solange Medeiros, Mauro Müller, Carlos Saracini, Miriam Elizabeth Lindner, Kelly Lindner, Vinicius dos Santos, e, Roseli Merkle. Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1)** Aprovação Ata Reunião dia 12/11/2025; **2)** Pagamentos PSA, por CAJ; **3)** Plano Verão 2025/2026, por SEPROT/ DETRANS; **4)** Apresentação: Balanço Anual 2025/ Perspectivas 2026, por SAMA; **5)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre. **Pauta 1) Aprovação Ata Reunião dia 12/11/2025:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita inicia a reunião saudando à Plenária, e aborda o tema sobre finalização e aprovação da Ata, sugerindo que, caso não existam correções imediatas manifestadas pelos Conselheiros, o documento seja dado como encerrado. Jovita expõe ao ser indagado que sobre as votações serem nominadas, ou seja, que se registre em Ata quem votou contra ou a favor de cada pauta, por uma questão democrática fica a critério de cada representante a escolha de averbar ou não o seu posicionamento específico sobre cada tema, pelo fato dos Conselheiros votarem como Entidades, e não como Pessoas Físicas, o que poderia causar conflitos internos nas instituições que representam. Como exemplo Jovita cita que esse procedimento de registro voluntário já é adotado no Conselho de Municipal de Saneamento Básico, ocorrendo sem qualquer tipo de contrariedade. Na sequência questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata da Sessão Ordinária do dia 12/11/2025, e se possuíam alguma contribuição ao texto; não havendo manifestações colocou a Ata em votação, sendo aprovada por maioria dos votos dos Conselheiros, sendo registrada 01 abstenção. Não havendo

demaís manifestações, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) Pagamentos PSA, por CAJ:** O Presidente do Conselho, Fábio Jovita inicia este item e convida a Conselheira Daiane Paul Nunes, da Companhia Águas de Joinville (CAJ), para apresentação desta pauta a qual cumprimenta a todos e inicia sua exposição detalhando os programas e subprogramas de manejo e monitoramento hídrico executados pela companhia; os dados técnicos de vazão, registraram 11.100 litros por segundo no Rio Cubatão e 1.581 litros por segundo no Rio Pirai; o Índice de Qualidade da Água (IQA), no Rio Cubatão 68,80 e no Pirai, 72,68, ambos considerados bons. Sobre o monitoramento de agrotóxicos, nenhum parâmetro quantificado no último trimestre, no mês de novembro, indicando padrão normal de potabilidade da água. No âmbito do Programa Águas para Sempre, Daiane indicou a existência de 27 Termos de Adesão assinados, 7 em negociação, 30 manifestos de interesse assinados, e 11 produtores demonstraram interesse, totalizando uma área de 3.050 hectares, dos quais 2.901,05 são de área verde. O Programa PSA possui um teto de 15 hectares por propriedade e um valor médio de R\$670,28 por hectare. Atualmente a Companhia possui cerca de 162 hectares contratados para pagamento. No mês de novembro próximo passado, o projeto foi reconhecido pela Agência Nacional de Águas (ANA) e integrado ao programa nacional "Produtor de Água", o que possibilitará a busca por apoios financeiros e parcerias. Como estratégia de expansão para o próximo ano, está prevista a contratação de uma Secretaria Executiva com equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais, biólogos, engenheiros e profissionais de *marketing*, para agilizar os diagnósticos e o atendimento social às propriedades interessadas. Prosseguindo Daiane ressalta a dificuldade de agenda de alguns convidados devido ao final de ano, contudo, destaca a formalização de novos "produtores de água", como exemplo, Kesia Mara Hardt, e, Laércio Sampaio que finalizaram seus processos de adesão em novembro e dezembro de 2025, respectivamente. Além disso, relata que a Sra. Regina Maria Munhoz, e, Vanderlei Monteiro, estão em fase de elaboração de projeto para incluir sete novas matrículas no programa, abrangendo propriedades de grande extensão. O interesse pelo projeto cresceu após uma reunião com o Conselho Gestor da APA Dona Francisca, mediante o convite do Conselheiro Ademir Sgrott, da Associação Joinvillense de Montanhismo (AJM). Esse encontro resultou em 11 novos interessados na região da APA, maioria do Quiriri e Garuva, com manifestos de interesse já assinados por proprietários como o Sr. Edionir Cardoso, Dorivalda Soares Schultz, Rodrigo Traldi, Valdir Medeiros, Solange Ribeiro, e, Jania Gilmara Kohn Köhn. Referente ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), Daiane apresenta três casos práticos de valores pagos em 2025: a produtora Leonice proprietária de 7,5% de área verde, recebeu R\$1.400,00 por serviços efetuados, e R\$1.586,00 de PSA, perfazendo um total de R\$2.986,00; o produtor Mauro Müller, proprietário de expressiva área verde recebeu R\$2.380,00 por serviços, e R\$3.748,00 em dinheiro via PSA, totalizando R\$6.128,00; Mirian e Rubens Lindner, proprietários de uma área aproximada de 11 hectares de área verde, receberam por serviços R\$3.100,00, e R\$6.038,72 em pagamento direto de PSA, alcançando um total de R\$9.138,72 e o produtor Conrado Bolt, proprietário de 19,75 hectares de área verde recebeu R\$915,67 por serviços, e R\$10.980,00 por PSA, perfazendo um total de R\$11.895,67, em dezembro. Daiane ressalta que o programa PSA combina a prestação de serviços técnicos nas propriedades com a remuneração direta aos proprietários que preservam suas áreas verdes, e que a gestão dos programas não é individual, mas realizada por um grupo gestor estruturado por meio de acordos de cooperação técnica, incluindo instituições de ensino como a UNIVILLE, CHBB, Universidade Católica, Associação dos Engenheiros Agrônomos da Região da Baía de Babitonga e a EPAGRI, assim como o apoio das Prefeituras de Garuva e Joinville, esta última atuando por meio da Secretaria de Meio Ambiente-SAMA, Desenvolvimento Econômico e Inovação, da Unidade de Desenvolvimento Rural-SDE-UDR e do Governo Estadual, ARIS e ANA. Na sequência Daiane convoca todos os produtores de água presentes e efetua o pagamento simbólico dos valores do PSA referente ao ano de 2025. Daiane passa a palavra ao produtor Conrado Bolt, o qual cumprimenta a todos e menciona que ao longo dos seus 77 anos de idade reflete sobre a natureza de sua sociedade familiar e o destino de suas terras, movido por um sentimento de felicidade e pelo propósito da preservação. Após ter garantido o patrimônio de seus filhos através da entrega das escrituras, ele se viu diante de um impasse sobre uma área específica de terra situada na parte alta da propriedade. Embora o terreno fosse fértil e propício para o cultivo como o plantio de bananas, manteve a convicção inabalável de que jamais venderia aquela porção, por nenhum preço. O encontro com o Programa Águas para Sempre, apresentado por Daiane, revelou-se o encaixe perfeito para os anseios que ele já carregava no coração. Conrado frisa que compreendeu que a verdadeira vocação daquela área, onde o rio corre e diversas nascentes brotam, não é a exploração agrícola, mas a proteção integral e recorda que quase 40 anos atrás, um morador previu que a região chegaria a um estágio de valorização da preservação semelhante ao que ocorre na Europa, alertando que o uso indevido daquelas terras poderia comprometer a disponibilidade de água no futuro. Atualmente, diante das discussões sobre a criação de reservas nacionais por parte do governo, Conrado expressa satisfação ao observar que a comunidade local e os proprietários já tomaram a frente desse movimento e demonstra gratidão à Daiane e toda a equipe da CAJ pela paciência e pelas explicações técnicas recebidas, que validaram sua intuição de décadas. Conrado reitera um compromisso renovado e a decisão de preservar as nascentes e o rio, garantindo que o ciclo da água continue para as próximas gerações, consolidando um legado que supera o valor financeiro da terra. A Conselheira Patrícia Helena Eggert Karnopp, da CAJ cumprimenta a todos e agradece o espaço cedido pela SDE.UDR, destacando a relevância do local para a divulgação do programa e a apresentação de seus resultados, ressaltando que a iniciativa é fruto de um esforço coletivo envolvendo a própria Companhia, a Gestão da APA e diversas entidades de apoio. Patrícia frisa que o resultado mais significativo do programa vai além das estatísticas, residindo na confiança que os proprietários depositam na equipe e projeta que o ano de 2026 será mais promissor, mencionando que a colaboração de Daiane na gestão trará ainda mais seriedade ao projeto. Atualmente o programa já conta com uma demanda de 30 manifestos de interessados aguardando o início dos serviços. Patrícia finaliza sua explanação, e, em nome da Companhia deseja a todos um Feliz Natal e um próspero 2026, com saúde e paz, direcionando um agradecimento especial ao carinho, paciência e a dedicação de Daiane Paul, atribuindo-lhe o sucesso e o diferencial do Programa Águas para Sempre, recebendo calorosos aplausos da Plenária. O Presidente Fábio Jovita menciona que a Conselheira Marli Fleith

Sacavem, da AMEM Mildau, é uma "grande guerreira" da APA Serra Dona Francisca, que se preocupa com a preservação da Unidade de Conservação e com as famílias que ali residem. Prosseguindo com o foco do item, pagamentos de PSA, Jovita ressalta a necessidade de um projeto estruturado para justificar a alocação de verbas, pois não se pode simplesmente adicionar valores a um item orçamentário inexistente. Diante disso, propôs incorporar ao programa "Águas para Sempre" recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente com o objetivo de trabalhar em conjunto para aumentar os valores pagos às famílias pelo trabalho que realizam na conservação e produção de água na APA. O plano inicial, é começar dobrando os valores que as famílias recebem, pois o impacto econômico no fundo não deve ser alto em um primeiro momento. Jovita elogiou a eficiência e a confiabilidade já demonstradas no fluxo de trabalho do projeto, que tem atraído um número crescente de famílias interessadas em participar, frisando que o projeto se alinha perfeitamente ao descrito no Plano de Manejo referente à proteção dos mananciais e a preservação das unidades, o que fornece um subsídio legal para o investimento. O próximo passo é definir o instrumento jurídico para essa parceria, seja por meio de legislação autorizativa ou um convênio, considerando que o Órgão Gestor do Fundo, a SAMA, tem interesse comum preservar a mobilidade da conservação e garantir o crescimento do projeto, sendo aplaudido efusivamente pela Plenária. Na sequência a Conselheira Patricia exibiu um vídeo ilustrativo sobre o Programa Águas para Sempre, com depoimentos de vários produtores participantes do Programa, vídeo este bastante aplaudido pela Plenária. Sem mais manifestações o Presidente Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Plano Verão 2025/2026, por SEPROT/ DETRANS:** O Presidente Jovita convida o Conselheiro Jairo Machado, da SEPROT para apresentação desta pauta, o qual cumprimenta a todos e menciona a presença de apoio de Thiago José Zientack, e, Eduardo Ferraz, representantes do DETRANS, e Guarda Municipal, respectivamente. Jairo destaca que o desafio do verão na região é considerável, uma vez que muitas pessoas optam por não ir às praias, buscando os rios locais como alternativa de lazer e para se refrescar, embora essa movimentação seja histórica na cidade, nem sempre converge com os desejos dos residentes locais. Jairo alertou para os riscos perigosos e inerentes aos rios, ressaltando que o cenário de profundidade muda constantemente devido ao grande volume de água das enxurradas, que movimentam as pedras no leito. Além do perigo físico, existe o impacto negativo na mobilidade de regiões habitualmente tranquilas, que passam a sofrer com o aumento do fluxo de veículos. Para mitigar esses problemas, foi criado o Projeto PIAVA, que promove *blitze* educativas em pontos estratégicos, como o *Jacob*, Vila Nova, Estrada Comprida, e no Quiriri, no entanto, apesar desses esforços o volume de frequentadores nessas áreas tem apresentado um crescimento contínuo. É importante ressaltar a importância da atuação conjunta entre a Defesa Civil e a Guarda Municipal para lidar com problemas recorrentes nos rios, como o consumo excessivo de álcool, o estacionamento irregular, e o bloqueio de vias, fatores que têm agravado o impacto na mobilidade urbana. Uma preocupação central manifestada é a questão ambiental, já que os frequentadores costumam deixar materiais descartáveis nos locais. Como a instalação de lixeiras ou *containers* nessas áreas é inviável, o projeto foca em conscientizar a população para que levem seu lixo de volta. Jairo menciona que o Projeto PIAVA, iniciativa da Defesa Civil de Joinville existente desde 2004, que conta com o apoio de parceiros como o Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Agência de Trânsito, Águas de Joinville e Secretaria do Meio Ambiente. Durante o ano letivo, as ações são direcionadas às escolas, atingindo diretamente centenas de crianças. A estratégia fundamenta-se na ideia de que os filhos atuam como educadores de seus pais, triplicando o alcance do conhecimento sobre os riscos nas regiões de rio. Jairo esclarece uma mudança tática nas *blitze* educativas realizadas em 2026: a suspensão da entrega de panfletos ou folhetos na beira dos rios. A decisão visa evitar que o próprio material informativo do projeto se torne lixo descartado no meio ambiente, priorizando a orientação verbal e a educação direta para garantir a preservação dos locais. As ações do projeto são planejadas de forma consciente, utilizando campanhas educativas em redes sociais como *Instagram* e *TikTok*, além de entrevistas e reportagens, para atingir o maior número de pessoas com o auxílio de comunicadores digitais; as *blitze* realizadas em conjunto com a Guarda Municipal e Agentes de trânsito possuem caráter estritamente educativo e orientativo. O objetivo não é realizar fiscalizações rigorosas de documentos ou equipamentos, pois o gestor acredita que uma postura muito rígida poderia afastar a população e comprometer a aceitação das orientações de segurança. Dessa forma, é importante destacar que as equipes não prevaricam diante de irregularidades graves, como o excesso de passageiros em veículos. Nesses casos, os agentes orientam que o excesso de pessoas siga o trajeto a pé enquanto o veículo continua com a lotação permitida. As *blitze* ocorrem em horários específicos, de 09h às 12h, para não sobrecarregar as equipes da Guarda Municipal e da Defesa Civil, que possuem outras demandas em toda a cidade. Os locais de atuação frequentes são a Estrada Comprida, Salto, Jacob, e a entrada do Quiriri, sendo que o cronograma do projeto para o período atual já teve início, com a primeira ação realizada no dia 6 de dezembro. Jairo informa que a próxima *blitz* educativa será realizada no próximo sábado, 20/12/2025, na região do Quiriri. Após um breve recesso o cronograma de 2026 seguirá com ações nos dias 17 e 31 de janeiro, e 7 e 21 de fevereiro, concentradas em dois pontos estratégicos. Nessas *blitze*, a equipe distribui informativos que funcionam como abanadores manuais, contendo orientações de segurança no verso. O trabalho nem sempre é bem recebido, enfrentando ocasionalmente questionamentos de moradores locais. O foco principal é conscientizar os visitantes que vêm de fora, incentivando-os a aproveitar os rios com segurança para evitar tragédias e levar todo o lixo embora ao final do dia. Graças ao apoio da Guarda Municipal, os veículos param e a equipe consegue transmitir as orientações, mesmo que alguns condutores se mostrem resistentes. O Corpo de Bombeiros é um parceiro fundamental, realizando rondas preventivas aos sábados e domingos em cerca de 25 pontos estratégicos nas regiões do Quiriri, Vila Nova e Piraí. O objetivo dessas rondas é alertar sobre riscos específicos dos rios que não existem no mar, como a variação de profundidade, a presença de pedras e o fenômeno da cabeça d'água. Jairo reitera que a integração entre a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e a Guarda Municipal em 2026 prioriza a educação e a prevenção, reforçando que o papel das equipes no local não é a fiscalização punitiva ou a apreensão de veículos, mas a garantia da segurança dos frequentadores. Desta maneira, embora o foco da ação conjunta em 2026 seja educativo, a fiscalização não será negligenciada caso ocorram irregularidades visíveis e graves que comprometam a segurança. A presença da Guarda

Municipal e dos Agentes de trânsito visa garantir tanto a integridade das equipes de trabalho quanto a fluidez das vias. Um dos principais problemas identificados é o estacionamento irregular; como as estradas da região são estreitas, veículos estacionados incorretamente podem bloquear totalmente a passagem, impedindo inclusive a saída de ambulâncias ou atendimentos de emergência. Para aumentar a presença da Guarda Municipal e dos Agentes nas áreas críticas, faz-se um apelo à população sobre a importância das denúncias formais. Muitos moradores deixam de reclamar por acreditarem que terceiros já o fizeram; sem o registro oficial, os órgãos de segurança não conseguem mapear o problema nem deslocar guarnições para o local. Jairo reforça a necessidade de utilizar os canais corretos: o número 153 para a Guarda Municipal, questões de trânsito e segurança e o número 199 para a Defesa Civil, e, ressalta que a conscientização sobre esses números é fundamental para que as devidas providências sejam tomadas sempre que houver obstrução de vias ou desrespeito às placas de proibido estacionar. Entre janeiro e março de 2025, foram feitas mais de 25 rondas de monitoramento de trânsito, resultando em mais de 90 autuações de veículos irregulares; as ações estão ocorrendo, mas a intensificação depende do acionamento via 153. Quanto ao Projeto PIAVA, o cronograma regular abrange de dezembro até o final de fevereiro, no entanto, em 2026 o projeto poderá ser estendido por todo o mês de março caso as condições de calor persistam. Jairo enfatiza a importância de decorar os números de emergência, 153 para Guarda de Trânsito, 193 para Bombeiros, 190 para Polícia Militar, e 199 para Defesa Civil, especialmente porque as áreas de banho costumam não ter sinal de celular, exigindo deslocamento para buscar socorro. A Conselheira Silvia Brümmer Yanetzky, da AMEM Morros, indaga o motivo pelo qual as *blitze* não são realizadas no horário vespertino; Jairo justifica que o período matutino é o momento ideal para a abordagem educativa, pois as famílias e crianças estão mais tranquilas e receptivas, ao contrário do final do dia, quando o cenário muda, com o consumo de álcool por parte de alguns frequentadores tornando a entrega de panfletos ineficaz e o ambiente perigoso para as equipes de educação. Para o período da tarde e noite, a dinâmica deve ser de repressão e fiscalização, e não mais educativa. Jairo aproveita a presença dos supervisores Ferraz e Thiago e sugere que a Guarda Municipal e o Detrans planejem estratégias específicas para lidar com o aumento crescente da demanda nessas regiões em 2026. Silvia ressalta que esta situação repete-se todos os anos na zona rural, com os visitantes abusando do consumo de álcool, e trazendo animais. Jairo pontua os desafios operacionais de 2026 e a necessidade de adaptar as estratégias de segurança para as áreas de banho, e reconhece que embora o efetivo da Guarda Municipal tenha aumentado com a formação de novos Agentes, o crescimento acelerado de Joinville consome rapidamente essa mão de obra, dificultando a presença em todos os locais simultaneamente. O Conselheiro Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE - Associação dos Bananicultores de Joinville reforça que o problema do estacionamento irregular em "todas as ruas" é recorrente e sugere o reforço de Guardas especificamente nos finais de semana. O Conselheiro Manoel Vicente, da APROÁgua, comenta sobre o horário das rondas, observando que a fiscalização ocorre pela manhã, quando o movimento é baixo, mas é inexistente à tarde, quando o fluxo de veículos e o consumo de álcool tornam as vias intransitáveis e perigosas. O Conselheiro Nivaldo Fleith Sacavem, da AMEM Mildau, comenta que outro ponto de grande incômodo é a poluição sonora, e menciona um projeto de lei de um vereador local que proíbe caixas de som em áreas de banho de rio, semelhante ao que já ocorre no litoral, visando dar mais poder de atuação à Polícia e aos Agentes de trânsito contra "desordeiros". O Presidente Jovita declara um voto de reconhecimento às equipes da Defesa Civil, Guarda Municipal e Agentes de Trânsito, destacando que a fiscalização é uma tarefa árdua e muitas vezes perigosa, especialmente ao lidar com pessoas sob efeito de álcool e calor intenso, cujo comportamento nem sempre é respeitoso. Apesar das limitações de efetivos, o histórico das unidades demonstra um aumento anual no número de *blitze* e reafirma o compromisso da Administração Pública em buscar melhorias para a segurança e o lazer na região em 2026. O Supervisor Eduardo Ferraz, da Guarda Municipal, reconhece que o órgão tem conhecimento dessas dificuldades e dos problemas recorrentes todos os anos, no entanto, a Instituição não deixa de pensar em algo que possa ser melhorado a cada ano, e corrobora as palavras do Presidente Jovita, de que o efetivo de Agentes embora não seja suficiente vem sendo aumentado a cada ano. A cerca de dois anos foi criada a Primeira Patrulha Ambiental da Guarda Municipal. No ano passado foi criada a segunda, para contribuir com o patrulhamento direcionado especificamente para as áreas de proteção e também para diminuir as ocupações irregulares da cidade, inclusive com acompanhamento de Fiscais da SAMA. E a questão realmente do acompanhamento dos rios, só conseguiria realmente uma solução mais direta com a criação de uma Guarnição exclusiva e fixa para estar o ano inteiro na região. Desta maneira seria mais fácil coibir as infrações, como estacionamento proibido. No ano passado as *blitze* educativas foram efetuadas tanto pela manhã quanto pela tarde, contudo, é de extrema importância a colaboração da comunidade no sentido de compreender os horários das rondas e o número insuficientes de Agentes que em muitas ocasiões não podem se fazer presentes imediatamente em cada situação. Ferraz sugere que, para o aumento das equipes é necessário que haja a solicitação da comunidade junto ao Órgão Competente, justificando o aumento do efetivo em face do aumento das infrações, principalmente durante o período de veraneio. Jovita destaca a importância de informar à sociedade a origem da necessidade das ações realizadas, reforçando que o embasamento vindo do Conselho de Fiscalização da Unidade de Conservação serve como uma justificativa sólida para a atuação dos órgãos de segurança e defesa em 2026. A SEPROT assumiu a responsabilidade de distribuir às unidades competentes a necessidade de manutenção e ampliação do Projeto PIAVA, bem como de outras ações operacionais voltadas à proteção ambiental, à comunidade e à mobilidade. O objetivo da formalização desse apoio não é forçar as equipes, mas oferecer um respaldo sólido para que os agentes possam justificar suas ações perante a sociedade. A Conselheira Silvia Brümmer Yanetzky, da AMEM Morros efetua convite para que a equipe do Projeto PIAVA participe de uma reunião na Associação de Moradores local, visando explicar o trabalho diretamente à comunidade e reduzir os questionamentos dos residentes. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da AMEM Mildau, pontua que houve também uma proposta de oficiar a Polícia Militar para solicitar reforço no efetivo durante a operação de verão. O grupo deliberou que a responsabilidade não deve recair exclusivamente sobre a Guarda Municipal, sendo necessário dividir a demanda com a PM. O Presidente Jovita ressalta que consultará junto à SEPROT, qual o órgão mais indicado

para enviar a solicitação e coloca a proposta do Ofício da Conselheira Marli à Polícia Militar de Santa Catarina, para que destaque uma unidade especial de fiscalização e repressão, nas áreas de banho em rios e cachoeiras de Joinville, durante os meses de dezembro à março, com vista à segurança pública e a proteção ambiental. Colocado em votação, a proposta de Ofício foi aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. Jairo destaca os resultados positivos das *blitze* educativas matinais, observando que a simples presença da equipe gera um efeito inibidor: muitos condutores em situação irregular ao avistarem a fiscalização pela manhã, desistem de entrar na região por receio de que a *blitz* continue no final do dia, e reiterou que, embora o foco seja educativo, a equipe mantém o rigor diante de infrações graves como o caso mencionado de um motociclista detido por direção perigosa. Jairo finaliza sua exposição recebendo calorosos aplausos da Plenária. Sem mais contribuições o Presidente Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) Apresentação: Balanço Anual 2025/ Perspectivas 2026, por SAMA:** O Presidente Fábio Jovita convida a Conselheira Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA, para apresentação desta pauta, a qual cumprimenta a todos e prossegue com a prestação de contas das atividades realizadas, destacando que o Conselho cumpriu integralmente seu calendário, realizando 6 reuniões ordinárias ao longo do último período. Magda menciona a reunião conjunta do dia 4 de junho, que integrou os 4 Conselhos, COMDEMA, CMSB, RDS Ilha do Morro do Amaral, e APA da Serra Dona Francisca, durante a Semana do Meio Ambiente. Outro ponto em destaque foi a primeira Oficina ocorrida em novembro e destacando o sucesso do programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com ciclos de pagamentos realizados em fevereiro, junho, outubro, e dezembro de 2025, consolidando o desenvolvimento dos trabalhos propostos pelo grupo. O segundo ponto alto, as Oficinas de revisão do Plano de Manejo, teve início em Pirabeiraba, e em julho, a consultoria STCP apresentou ao Conselho as regras preliminares de uso. Em agosto, o grupo dedicou dois dias inteiros de trabalho intensivo às regras e zoneamentos, período que foi marcado por um frio intenso. Contrastando com o clima de agosto, Magda relembra que a Oficina de fevereiro foi marcada por um calor excessivo de 40 graus, o que exigiu a transferência de última hora da reunião para as dependências da EPAGRI devido à necessidade de ar-condicionado; em outubro, no dia 14, foi realizada uma apresentação na Sociedade Rio da Prata, seguida pela abertura de uma Consulta Pública. O cronograma culminou na aprovação do Plano de Manejo pelo Conselho em novembro e no seu subsequente envio à Procuradoria Geral do Município e frisa a intenção de utilizar a aprovação da ATA para agilizar o processo, visando obter o Decreto de Homologação ainda no início do ano de 2026. Revisando os temas tratados nas atas anteriores, Magda menciona que, entre fevereiro e março, houve a distribuição de cartilhas de capacitação. No entanto, uma nova turma de treinamento foi interrompida estrategicamente, pois não faria sentido dar continuidade àquele formato enquanto o Plano de Manejo estava sendo revisado. Este programa de capacitação, que estava suspenso devido à revisão do Plano de Manejo será retomado em um novo formato condizente com as atualizações aprovadas. Além disso, o Conselho tratou ao longo do ano de temas como o Projeto de Águas, o retorno da Câmara Técnica de mananciais para respostas a procedimentos de emergências e o estabelecimento de protocolos para o fomento agrícola, assunto este levantado pelo Conselheiro Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga. Outro ponto relevante foi a análise constante de pedidos de anuência para atividades não previstas no Plano de Manejo de 2012, ressaltando que a principal conquista do Conselho foi a aprovação da Revisão do Plano de Manejo, em 12 de novembro 2025, cuja versão final será publicada na *internet* logo após a homologação. Magda ressalta que no início de 2026, as perspectivas e a condução dos trabalhos serão apresentadas por um novo responsável, que já integrou o grupo anteriormente, e apresenta e passa a palavra para o Coordenador Josimar Neumann, o qual cumprimenta todos e anuncia seu retorno com dedicação exclusiva, agora vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para liderar a fase de implementação do Plano de Manejo recentemente atualizado. Neumann destaca as diretrizes para o próximo ano que incluem: ações Contínuas, como a manutenção do controle de simulídeos e continuidade dos processos de anuência para atividades locais; eficiência Processual, com a expectativa de que com a entrada em vigor do Novo Plano de Manejo, a necessidade de levar pedidos de anuência ao plenário diminua drasticamente, uma vez que o texto de 2025 foi redigido para ser mais claro e objetivo; a implementação com o foco principal sobre a transição para o novo formato de gestão, aguardando-se apenas a homologação oficial para o início das atividades planejadas na versão atualizada da APA Serra Dona Francisca. Caso seja necessário, dever-se-á estar sempre junto ao Conselho, justamente para dar a segurança jurídica nos processos que tramitam na SAMA, inclusive servindo de ponte para fazer as eventuais atualizações pontuais que o Plano de Manejo necessita. Portanto esse também é um dos focos do planejamento. Um dos pontos que foram levantados durante as Oficinas é a necessidade dessa capacitação, tanto dos demais servidores da SAMA, quanto daqueles que eventualmente não participaram das Oficinas como a própria Equipe de Fiscalização em relação a esse novo regramento do Plano. Desta forma a ideia é realizar essa capacitação para que eles saibam aplicar as regras do Plano de Manejo, assim como os Conselheiros e a Comunidade. Neumann sublinha as perspectivas para 2026, com fulcro na comunicação e na fiscalização, destacando que as informações sobre o Novo Plano de Manejo precisam transcender o âmbito da Prefeitura e alcançar a população e os empreendedores locais. Além disso, as atividades de fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente (SAMA) na APA Serra Dona Francisca, assim como em toda a cidade, e encerra sua apresentação recebendo calorosos aplausos da Plenária. O Presidente Jovita esclarece que a presença da nova equipe na Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR) atende a uma demanda da comunidade por um atendimento técnico e capacitado. O objetivo é que o profissional na UDR possa explicar as características e formas de ocupação previstas no novo Plano; orientando como proceder em caso de auto de infração ou notificação; a busca por licenciamento ambiental, pedidos de prazo; os serviços prestados pela UDR, pela SAMA, e pela Prefeitura em geral. Jovita ratifica o Coordenador Neumann como o responsável pela função, destacando seu vasto conhecimento técnico e trânsito por diversas áreas da SAMA, tendo já atuado na Presidência deste Conselho, na Gerência da Gestão Ambiental, Licenciamento, Fiscalização e Concessões, enfatizando que Neumann não é apenas um agente político, mas um profissional com experiência prática em todas as unidades de ação. Prossequindo Jovita apresenta Josimar Neumann como um "excelente servidor de carreira", Engenheiro Químico de grande capacidade técnica e que sempre foi

valorizado na gestão e num gesto de reconhecimento ao clamor da comunidade, designou Neumann para a função de atendimento direto ao público na UDR, considerando essa atuação mais importante do que tê-lo em outras funções internas, desejando-lhe grande sucesso e expressando total confiança de que sua capacidade e seu intelecto farão a diferença no desenvolvimento da Unidade e na segurança da comunidade. Josimar Neumann, portanto, será o precursor do novo projeto de implementação da política pública e do Novo Plano de Manejo em 2026, e a pedido do Presidente Jovita, Neumann recebeu calorosa salva de palmas da Plenária. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da AMEM Mildau esclarece que sua postura anterior e a mobilização de cerca de 500 pessoas no Rio da Prata foram manobras estratégicas para pressionar o Poder Executivo, afirmando que seu voto contrário não visava o Plano de Manejo em si, mas era a única ferramenta disponível para garantir a designação de Josimar Neumann para o atendimento à comunidade, contudo Neumann precisará de assistentes para desenvolver seu trabalho com eficiência, sugerindo o aproveitamento de estagiários no setor. Marli ressalta que percorreu diversas instâncias políticas, batendo às portas de Secretários e Vereadores, citando o Secretário do Meio Ambiente Fábio Jovita, o Secretário do Desenvolvimento Econômico, William Escher, o Vereador Neto Petters, Vereador Henrique Deckmann, e Diego Machado dentre outros, para que a demanda fosse atendida, pedindo compreensão pelo "tumulto" causado na reunião de aprovação do Plano de Manejo, em prol de uma causa maior. Marli comenta que solicitou as Atas das três últimas reuniões que realizou junto à Administração Pública, para que sejam enviadas a todos os Conselheiros, a fim de que tenham clareza sobre o que foi discutido. Nesse contexto, Marli apresenta Rosely Merkle, Gestora Ambiental e estudante de Direito Ambiental, moradora da APA, que se coloca à disposição para colaborar voluntariamente com o projeto. Rosely cumprimenta a todos e menciona que também é produtora rural e comerciante na região, destacando sua formação e paixão pela área ambiental, reafirmando seu compromisso em apoiar o desenvolvimento das atividades do Conselho e da Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR), sempre que houver oportunidade. Rosely expressou sua decisão de unir-se ao grupo nas áreas de licenciamento e direito ambiental para defender as terras locais, manifestando grande preocupação com a criação do Parque Nacional, classificando a situação como "catastrófica" para o município. Rosely defendeu o uso das leis ambientais para favorecer o município, os moradores, os proprietários, e a Prefeitura, colocando-se à disposição para colaborar no que for necessário. Na sequência Jovita informou que já fez uma proposição sobre projetos focando na implementação do Plano de Manejo e na elaboração de Decretos para regulamentar atividades como o manejo da palmeira juçara. Neumann confirmou que, com sua integração consolidada e a retomada das reuniões do Conselho, será elaborado um plano de ação com as prioridades e as capacitações necessárias, ressaltando que já confirmou com o Secretário Executivo do Conselho, José Augusto de Souza Neto, o início de um novo mandato de Conselheiros a partir de 01 de janeiro de 2026, sendo portanto necessário um treinamento atualizado aos novos membros e à população, para facilitar a dinâmica do Conselho e a compreensão do novo Plano de Manejo. Neumann ressalta que ano de 2025 o grande destaque foi a aprovação do Plano de Manejo, e o foco principal para 2026 será a capacitação, e, destaca, a importância de levar as informações contidas no Plano de Manejo e os detalhes sobre a Unidade de Conservação para além do âmbito do Conselho, visando atingir e informar o público externo. Sem mais manifestações o Presidente Jovita encerra esta pauta passando para o próximo item. **Pauta 5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** O Presidente Jovita abre esta pauta mencionando que, em Audiência Pública realizada ontem na Sociedade Rio da Prata, a Comunidade compareceu em massa e manifestou-se majoritariamente contrária ao projeto de criação do Parque Nacional na APA da Serra Dona Francisca, ressaltando que o Executivo Municipal, tanto na pessoa do Secretário do Meio Ambiente Fábio João Jovita quanto o Prefeito Adriano Bornschein Silva já se declararam contrários à criação do Parque, destacando que por envolver dois estados, a decisão final cabe à União. Este tema foi sugerido para ser discutido em Plenária pela Conselheira Marli Fleith Sacavem, da AMEM Mildau. No ano de 1995, a Câmara de Vereadores solicitou ao Ministério do Meio Ambiente a criação de uma Unidade de Conservação para proteger o bioma Mata Atlântica e os mananciais, resultando que em 1997 foi criada a APA da Serra Dona Francisca. Em 2000, ocorreu a criação da Lei Federal 9.985, Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Em 2025, cerca de 30 anos depois, o Ministério do Meio Ambiente acionou o ICMBio para realizar o diagnóstico de viabilidade da área para criação de um Parque Nacional, abrangendo municípios dos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Jovita ressalta que diante da comoção social, e atendendo o pedido de pauta da Conselheira Marli Sacavem, propõe que o Conselho delibere o envio de um Ofício à Câmara de Vereadores manifestando uma posição Oficial favorável ou contrária à criação do supracitado Parque, enfatizando que o debate neste Conselho ocorra sem agressividades e de forma democrática, com absoluta civilidade. Embora alguns Conselheiros demonstrem cautela por não terem discutido o assunto internamente em suas entidades, Jovita frisa a importância de o grupo se manifestar, alertando que caso não haja uma posição clara, a criação do Parque poderá ser efetivada futuramente, deixando a região em uma situação de indefinição jurídica e ambiental. A Conselheira Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT cumprimentou os presentes e pontuou que, considerando que a deliberação sobre a criação do Parque Nacional não estava na pauta da reunião do Conselho, não houve discussão prévia sobre o tema na SECULT e portanto neste momento não tinha condições de deliberar a favor ou contra a criação do Parque Nacional. Assim, não concordando que o tema seja colocado em deliberação na presente reunião. A Conselheira Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA reforça a colocação de Dalzemira, concordando que a deliberação ocorra no próximo ano. O Conselheiro Ademir Sgrott, da Associação Joinvillense de Montanhismo (AJM), defende que o Parque Nacional seja de uso sustentável, permitindo que as famílias que residem nas áreas baixas permaneçam em suas terras, enquanto as áreas de montanha seriam indenizadas e destinadas à preservação ambiental. Jovita destaca que o mapeamento da área ainda sofre alterações e não é definitivo, exigindo uma análise técnica profunda. O Conselheiro Manoel Vicente, da APROÁgua manifestou-se de forma favorável à discussão, citando exemplos positivos de Parques no Paraná, como o do Pico do Marumbi e Porto de Cima. Manoel sublinha que essas Unidades de Conservação permitiram o desenvolvimento das famílias locais e foram essenciais para proteger as nascentes nas montanhas, garantindo

a qualidade da água, e contestou o clima de "comoção negativa" da audiência anterior, afirmando que muitos receios da comunidade podem não ter fundamento prático. Diante da complexidade do tema, o Presidente Jovita acatou as sugestões e definiu os próximos passos para 2026: a solicitação da presença de representantes do ICMBio para prestarem esclarecimentos técnicos diretamente ao Conselho e a possibilidade de deliberação do Ofício à Câmara dos Vereadores de Joinville. Ademir Sgrott, da AJM sugeriu integrar os Conselhos da APA Serra Dona Francisca (Joinville), e APA do Quiriri (Garuva), uma vez que o Parque abrangeria as divisas desses municípios. Jovita ressalta que a criação de um Parque Nacional é um processo que obrigatoriamente envolve a desapropriação de terras e a realização de Consulta Pública. Por lei, o Poder Público deve realizar consultas e audiências para ouvir a população e as entidades afetadas antes de qualquer decisão definitiva. O Conselheiro Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE pontua que este encontro inicial com o ICMBio seja restrito aos Conselheiros e Suplentes, para garantir um ambiente técnico e organizado de trabalho, antes de novas audiências com a comunidade em massa. O Conselheiro Nivaldo Fleith Sacavem, da AMEM Mildau manifesta uma crítica à condução do processo de criação do Parque Nacional, afirmando que se o órgão responsável tivesse realizado o trabalho prévio adequadamente, o clima de hostilidade na audiência pública não teria ocorrido. Era previsível que a população local se manifestasse de forma revoltada, pois os moradores sentem que a região onde residem será drasticamente afetada. A criação de um Parque implica, por Lei Federal em desapropriação total, citando exemplos de outras regiões, como a Serra Gaúcha, onde pessoas aguardam indenizações há 60 anos, vivendo sem a devida dignidade. Nivaldo efetua um desabafo enfático sobre o papel dos Conselheiros e a responsabilidade social de suas decisões, afirmando que em reuniões anteriores não percebeu a devida consciência por parte do Conselho sobre o impacto humano nas votações, ressaltando que os Conselheiros representam entidades e seres humanos, e não apenas estatísticas ou gráficos. Nivaldo expressa o desejo de que a mesa do Conselho fosse composta somente por moradores locais, embora reconheça que é um sonho inviável, e declara que sempre defenderá a liberdade da região contra imposições externas. O Presidente Jovita ressalta que existem várias ações judiciais em curso que determinam a demolição de diversas residências em locais como a Estrada do Mildau e o Rio da Prata, e frisa que, na condição de Gestor, é o único responsável legal que poderia sofrer penalizações caso não cumprisse as ordens de demolição do Ministério Público, revelando que sua maior luta foi pela aprovação da Revisão do Plano de Manejo, pois este novo documento abre a possibilidade técnica e jurídica para a regularização fundiária dessas moradias. Jovita agradece aos que votaram a favor da aprovação do Novo Plano de Manejo, reiterando que sem essa ferramenta, o Órgão Gestor seria obrigado a determinar a demolição de várias casas na região da APA Serra Dona Francisca, e assevera que o próximo grande desafio no ano de 2026 será a Regularização Fundiária. O Conselheiro Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE expressa um profundo agradecimento a todos os Conselheiros que trabalharam voluntariamente, dedicando sábados e horas de convívio familiar ao longo do último ano para viabilizar a aprovação do Plano de Manejo, desejando que, no ano de 2026, todos continuem trabalhando unidos para colocarem as diretrizes aprovadas em prática. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM celebra a melhoria das condições de trabalho no local e relembra a importância da Câmara Técnica de Mananciais, atribuindo a esse grupo de trabalho o sucesso das obras de contenção e áreas de escape que estão ocorrendo em dois locais da SC 418, ressaltando que o esforço coletivo dos membros gerou resultados positivos para a Comunidade. Ademir sugere que no próximo ano seja apresentado um mapa da APA da Serra Dona Francisca mais organizado para facilitar o entendimento geográfico das ações planejadas, e deseja um Feliz Natal e um para todos os presentes e seus Familiares. O Conselheiro Sérgio de Oliveira Netto, do Grupo de Resgate em Montanhas (GRM), expressa seu respeito ao Secretário Fábio Jovita e à Conselheira Magda Franco, enfatizando que a responsabilidade penal e administrativa de quem assina as deliberações em uma Unidade de Conservação é imensa, comparando a gestão a "*andar no fio da navalha*". Sérgio esclarece sua colaboração com a Guarda Municipal, informando que treinou equipes de patrulhamento ambiental e de ações táticas; o treinamento incluiu técnicas de progressão na mata e conhecimento de pontos estratégicos, com o objetivo de reforçar a segurança e a fiscalização na área, suprimindo a redução de contingente da Polícia Ambiental, ressaltando que a presença dessas forças armadas na região é uma notícia positiva para a comunidade, embora os locais exatos das operações sejam mantidos em sigilo por questões de segurança. Sérgio levanta preocupações sobre potenciais conflitos na área rural de Joinville, e reforçando as colocações de Nivaldo e Marli Sacavem, destaca dois fatores principais que demandam atenção em 2026, que podem gerar uma desestabilização social complexa: a criação de Novos Parques e as questões Indígenas e Demarcações. Sérgio afirma não ser contrário aos direitos desses povos, mas demonstra receio quanto à forma como esses processos são conduzidos, citando conflitos ocorridos em estados como Bahia e Mato Grosso como exemplos do que deve ser evitado na região. Portanto podem ocorrer potenciais instabilidades na área rural de Joinville em 2026, motivadas por incertezas jurídicas sobre demarcações de terras indígenas, e embora não tenha restrições aos povos indígenas, a forma como os processos estão sendo conduzidos pode gerar distúrbios sociais. Sérgio explicita que até 2023, o STF entendia que a demarcação exigia a presença indígena na terra em outubro de 1988. Após o STF mudar esse entendimento e derrubar o marco temporal, o Congresso reagiu com a Lei 14.701/2023, que tentou restabelecê-lo. No presente momento o STF está julgando a validade dessa lei, com tendência de derrubar novamente o marco temporal. Em contrapartida, menciona que o Senado aprovou a PEC 48 para inserir o marco de 1988 diretamente na Constituição, matéria que segue agora para a Câmara dos Deputados. Outro ponto considerado crítico a Lei 14.701, em seu artigo 23º, que determina que em caso de demarcação, a gestão ambiental da área passaria a ser competência exclusiva de órgãos federais; esse é um problema grave para a autonomia local, porquanto o até mesmo o Ministro Gilmar Mendes já se debruçou sobre esse ponto em votos extensos. Sérgio sugere que o Conselho acompanhe atentamente essa movimentação jurídica, pois a perda da gestão ambiental local para órgãos federais impactaria diretamente as políticas de conservação e o zoneamento da região de Joinville. É importante notar que o Excelentíssimo Ministro Gilmar Mendes já considerou inconstitucional o dispositivo da Lei 14.701/2023 que transferia a gestão ambiental de reservas indígenas exclusivamente para órgãos federais. O entendimento citado é que a gestão deve permanecer com

os órgãos locais, estaduais ou municipais, caso a área coincida com Unidades de Conservação preexistentes, contudo movimentos defensores dos interesses indígenas buscam derrubar toda a lei, argumentando que as restrições ambientais seriam incompatíveis com o direito indígena de caça e extrativismo. O ponto central da sugestão de Sérgio é que o Conselho e as entidades locais não devem apenas observar o processo, mas participar ativamente dele, e destaca uma mudança fundamental trazida pela nova legislação em que a regra antiga, Decreto 1775 "*previa que os entes federados e associações só podiam participar quando o processo de demarcação já estivesse em fase avançada*" e a regra atual, Lei 14.701, Artigos 5º, 6º, 7º e 8º, "*garante aos interessados, entes federados e associações, o direito ao contraditório e à ampla defesa em todas as fases, inclusive nos estudos preliminares e de ancestralidade*". Como proposta de ação para 2026, Sérgio sugere que o Conselho delibere sobre a utilização desses instrumentos legais para acompanhar os estudos de demarcação desde o início. A ideia é apresentar sugestões de "alternativas vocacionais", influenciando o zoneamento para que a demarcação, se ocorrer, seja feita de forma a minimizar impactos negativos no desenvolvimento local e na gestão da APA Serra Dona Francisca, ressaltando que a votação no STF pode ser concluída em breve, o que poderia alterar novamente essas possibilidades de participação, exigindo agilidade por parte dos Conselheiros. Sérgio argumenta que, embora o "Marco Temporal" esteja sob risco iminente de ser derrubado pelo STF, os dispositivos que garantem o direito de acompanhamento e fiscalização dos processos de demarcação artigos 5º, 6º, 7º, e 8º ainda conferem poder de atuação às associações e órgãos públicos e enumera as seguintes ações de urgência: 1) que o Conselho autorize a SAMA ou a própria Prefeitura a enviar um Ofício imediato à FUNAI, com o objetivo de exigir, com base na Lei Federal 14.701/2023, nos artigos supracitados, que o Órgão Municipal seja intimado de todos os atos e tenha acesso integral à documentação de estudos de demarcação na região, sendo essa medida essencial para que o município tenha ciência técnica do que está ocorrendo, permitindo questionar estudos ou sugerir alternativas vocacionais e de preservação de espécies em locais específicos; 2) incentivar que as diversas associações de moradores e produtores da região não esperem apenas pelo Poder Público e enviem seus próprios Ofícios individuais, garantindo seu direito de participação no processo. Mesmo declarando não ser proprietário de terras na área interna da APA, Sérgio justifica sua postura como um defensor da ordem e da segurança jurídica, solidarizando-se com os produtores locais e buscando evitar que o município seja confrontado com situações imprevistas e prejudiciais em face de decisões federais, reforçando que, enquanto a lei não for declarada totalmente inconstitucional, esses direitos de acompanhamento devem ser exercidos com vigor. O Presidente Jovita parabeniza Sérgio pela exposição e adia a deliberação sobre o envio de eventual Ofício à FUNAI, para as pautas do próximo ano. O objetivo é permitir que os Conselheiros estudem a legislação mencionada e tenham maior segurança para votar, evitando situações de desconhecimento técnico como as ocorridas em reuniões anteriores. Com relação aos rumores sobre movimentações territoriais na região, Jovita traz informações atualizadas colhidas junto ao Gabinete de Governo e pela Prefeitura de Joinville junto à FUNAI, esclarecendo que não está ocorrendo um processo de demarcação de terras indígenas no Alto Quiriri. A situação real refere-se à aquisição de uma propriedade específica por parte do Estado de Santa Catarina. Essa área foi destinada ao reassentamento de um pequeno grupo de indígenas, uma ou duas famílias que precisaram ser removidas da região da SC 418 - Serra Dona Francisca, devido às obras de escape da rodovia. Trata de uma medida compensatória e logística para acomodar famílias de comunidades tradicionais afetadas por obras de infraestrutura, e não de um processo de expansão de reservas indígenas baseado em ancestralidade. Jovita menciona que providenciará oportunamente a apresentação ao Conselho de um mapa detalhado do supra assentamento. O Secretário Executivo do Conselho José Augusto de Souza Neto relembra que conforme aprovação da última Plenária foram enviados Ofícios à FUNAI, e ao ICMBio, solicitando informações sobre a questão de reserva indígena na APA Serra Dona Francisca, e a criação do Parque Nacional. Jovita menciona que existe uma inconsistência técnica nos registros, observando que nos mapas oficiais, a referida área não consta como sendo de propriedade ou gestão direta da FUNAI, o que agrava a falta de clareza sobre o destino do local, e caso ocorra a desocupação definitiva, a área desmatada poderia ser alvo de projetos de reflorestamento, no entanto reforça que a situação permanece indefinida aguardando as decisões judiciais superiores de 2026. A pauta sobre o direito de acompanhamento de novos estudos de demarcação, com base na Lei 14.701 permanece na agenda do Conselho, visando garantir que a SAMA e as Associações locais possam monitorar oficialmente qualquer futura iniciativa federal na região. Sem mais manifestações e não havendo demais contribuições, o Presidente do Conselho da APA Serra Dona Francisca, Fábio João Jovita agradeceu a presença e desejou Feliz Natal e Próspero Ano Novo a todos os presentes e seus familiares, e declarou encerrada a reunião às 21h45min, sendo extraída a presente Ata, assinada pelo Presidente do Conselho, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita

Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

José Augusto de Souza Neto

Luiz Carlos da Silva Seixas

SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

****A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 04/02/2026, às 09:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27909908** e o código CRC **070A2B1A**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.002262-0

27909908v220